



## **REVISTA NOVA ESCOLA E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO**

Michelle Mayara Praxedes Silva – UEL/CAPES  
Mariana Cesar Verçosa Silva – UEL/CAPES

**Resumo:** Neste trabalho tivemos por objetivo analisar o impacto das políticas que norteiam a educação especial nas publicações da Revista Nova Escola. Para tanto selecionamos 20 publicações da revista de 1997 a 2010, que tratavam diretamente de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, tabulamos os dados segundo o conteúdo imagético e textual de cada reportagem e analisamos segundo os preceitos da Análise de Conteúdo. Os resultados encontrados indicam que Revista Nova Escola apresenta a inclusão de modo estereotipado; enfatizando a força de vontade do professor como a principal ferramenta para o sucesso da inclusão desta população na escola regular e; tendo como principal objetivo a socialização das pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Inclusão. Nova Escola. Políticas Públicas. Necessidades Educacionais Especiais

### **Introdução**

A história de escolarização de pessoas com deficiência no Brasil é marcada por seu afastamento do sistema regular de ensino por sua implementação em espaços segregados de educação, prioritariamente em instituições especiais de caráter privado assistencialista e em classes especiais. Tal afastamento é consolidado pela ação do Estado, direcionada pelo favorecimento da filantropia e pelo investimento quase que exclusivo na criação e manutenção de classes especiais em escolas públicas.

A partir da década de 1990, os documentos legais e normativos do país passam a enfatizar a necessidade de alterações na escolarização desta população, principalmente no que se refere à ruptura com sua condição segregada. Destacam-se a Lei 9394/96, a resolução nº 2/2001 e a Política de 2008. Na lei 9394/96 no artigo 60, temos anunciada “ alternativa preferencial a ampliação do atendimento ao deficiente na própria rede publica de ensino, que ocorrerá independente do apoio previsto à iniciativa privada” (KASSAR, 1999, p.37). No que se refere à compreensão de que este necessita de um atendimento especializado com professores especializados

A Lei n. 9394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Artigo 59, determina que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, entre outros aspectos: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, bem como terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências (MELETTI, 2010, p.2).

A partir desta lei a educação especial torna-se uma modalidade de ensino. Vale salientar também que nesta LDB é a primeira vez que aparece o termo “necessidades educacionais especiais”, termo este que foi citado na Declaração de Salamanca (1994) dois anos antes, e justificam que “o termo ‘necessidades educacionais especiais’ refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem (p.3)”.

Ao tornar-se uma modalidade de ensino, as políticas que vão se estabelecendo desde então, são voltadas em sua maioria para a inclusão destes alunos na escola regular, com isso temos uma série de direcionamentos legais para o atendimento desta população na rede regular de ensino.

Com a resolução nº 2/2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica são instituídas, nesta política temos uma melhor caracterização da população alvo da educação da educação especial. A priori o termo necessidades educacionais especiais, mostra-se como um conceito ampliado que abarca não apenas alunos portadores de deficiências, como qualquer um que apresente dificuldades no processo de aprendizagem, contudo no decorrer do texto encontra-se o termo necessidades educacionais especiais como sinônimo de deficiência (BUENO e MELETTI, 2011).

Em 2008, é aprovada mais uma política para a educação especial, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, este documento diferentemente dos anteriores, trata-se de um norteador para as propostas pedagógicas. Bueno e Meletti (2011, p.164) complementam que este documento não tem o mesmo caráter fático dos anteriores, fica a opção de ser ou não seguido, “pois se trata de uma proposição de governo e não de Estado”. Com esta política temos explícito que o único modo de escolarização para o alunado da educação especial é através da inclusão no sistema regular de ensino. Não temos em nenhum momento do texto outro tipo de atendimento que não seja na escola regular.

O modo de se aplicar estes discursos políticos são diversos, mas apresentam suas particularidades dependendo de onde e como são aplicados. Apesar deste aparato normativo, ainda evidenciamos práticas intensas de preconceito com a pessoa com deficiência bem freqüentes no nosso cotidiano. Assim, não podemos deixar de trabalhar contra as barreiras que historicamente foram imputadas no modo como se dá a interação com a pessoa deficiente, tendo conhecimento de como a deficiência é encarada na sociedade em que vivemos.

Por conseguinte, o nosso parâmetro é o de uma sociedade que com seus padrões ideais define o que é e o que não é normal, assim “à condição de deficiência é dado um significado de desvio (MELETTI, 2006, p.6)”, desvio da normalidade posta.

O preconceito aqui se caracteriza como um conceito formado antes da experiência direta. Sendo assim, “a presença do preconceito é inerente a cada um de nós e, conseqüentemente às relações humanas instituídas” (D’ANTINO, 2001, p.188). Em consonância com os conceitos de Amaral (1995), D’Antino (2001), salienta que frente ao diferente, de forma consciente ou inconsciente, os nossos valores e sentimentos são exprimidos.

Já os estereótipos podem ser compreendidos como sendo “a concretização/personificação do preconceito” (AMARAL, 1995, p.18). Quando este indivíduo, até então desconhecido, apresenta algum atributo que o torna significativamente diferente, no caso a deficiência, este atributo torna-se sua marca, seu estigma. A partir deste estigma, que socialmente tem um significado depreciativo, eu acredito saber tudo a respeito desta pessoa. Reduzimos este indivíduo a apenas um atributo, desumanizando-o. Ele deixa de ser uma pessoa singular e transforma-se no cego, no surdo, no deficiente. As interações com o indivíduo estigmatizado é feita tendo como ponto de partida o rótulo que lhe foi embutido socialmente “o indivíduo é transformado em sua própria diferença, passa a ser reconhecido unicamente em função desta que passa a ser seu único atributo, com uma carga social de desvantagem e descrédito (MELETTI, 2010, p.91)”.

Amaral (1998) nos indica também que diante da diferença significativa (deficiência), acionamos mecanismos de defesa, sendo estes mecanismos entendidos como estratégias que o nosso organismo se utiliza para manter o equilíbrio intrapsíquico quando não conseguimos enfrentar a realidade.

[...] se reconhecer a diferença significativa do outro (ou nossa rejeição a ela) nos causa profundo mal estar, tensão e ansiedade, uma das possibilidades é o

acionamento do mecanismo de defesa da negação, o qual pode revestir-se de algumas roupagens específicas: compensação, simulação e atenuação (AMARAL, 1998, p.20).

Estas formas de negação concretizam-se quando negamos aquela característica que nos incomoda: compensando com outro atributo, “é negro, mas tem alma de branco”; atenuando, “não é tão grave assim”; ou negando totalmente a diferença, “é homossexual, mas nem parece”.

É submerso neste contexto, de uma sociedade que exclui e cria modos cruéis de participação, que as condições de vida dos indivíduos valem-se de idealizações e julgamentos de cada contexto social.

Compartilhando com a análise de Amaral (2003), a inclusão está posta como um grande salto no percurso da humanidade, contudo isto se dá frente ao esforço de grandes organismos internacionais em dissipar as tensões existentes entre os interesses econômicos e sociais. E, conforme supracitado, o efeito das políticas é visível sob diferentes perspectivas. Seja nas próprias políticas, na escola, na produção acadêmica, em dados oficiais dentre outros. Além destes locais espera-se que estes discursos sejam veiculados em outras esferas. A opção desta pesquisa foi analisar este impacto em publicações não acadêmicas, mais especificamente, na revista Nova escola.

A opção por escolher publicações não acadêmicas para a minha pesquisa, refere-se ao fato de que levando em consideração a rotina de trabalho de grande parte dos professores da rede, o tempo dedicado aos estudos para sua formação contínua, é restrito. Assim sendo, outras publicações com uma abrangência menos limitada que a literatura especializada está presente na formação destes professores, a revista Nova Escola encaixa-se neste perfil.

A escolha por analisar as publicações desta revista, justifica-se pelo relevante valor que esta publicação tem nas escolas brasileiras, pois a mesma é distribuída gratuitamente em todas as escolas públicas, desde sua origem. Conforme dados de pesquisa já realizada (BUENO, 2007), a revista Nova Escola tem uma distribuição mensal que chega a 700 mil exemplares, além de sua distribuição gratuita para todas as escolas públicas é vendida a preço de custo nas bancas, logo pode-se dizer que trata-se do “único periódico educacional ao qual a maioria dos professores da rede pública tem acesso” (BUENO, 2007). A popularização de seus conteúdos torna esta publicação semelhante a outras revistas do grupo

Abril como *Capricho*, *Veja*, *Cláudia*, dentre outros, atraindo seus leitores por capas e temas instigantes. Desta feita

Por meio de um vocabulário simplificado, acompanhado de ilustrações fartas, quase sempre a expor professores e alunos sorridentes, um pressuposto básico é exaustivamente repetido: os problemas educacionais sempre podem ser resolvidos, bastando para isso que cada um “*faça sua parte*”(BUENO, p.303, 2007).

A principal crítica a este tipo de publicação é a de que o professor é eximido de sua postura crítica reflexiva frente à realidade educacional. Pouco ou nada é escrito de modo a levar seu leitor a problematizar os fatos que demandam seu contexto. Assim, tendo a revista como fonte documental da pesquisa, pretendemos analisar o impacto das políticas que norteiam a educação especial nas publicações da Revista Nova Escola.

## **Método**

Dada a revista Nova Escola como nosso objeto de pesquisa, fez necessário determinar o período a ser analisado e a forma como será desenvolvida a busca e análise. Para tanto, com base na literatura especializada e no estudo das políticas norteadoras da educação especial, optou-se por iniciar a pesquisa a partir do ano de 1997. A escolha por este ano como ponto de partida, justifica-se pela aprovação no ano anterior da lei 9394/96, em que a educação especial torna-se uma modalidade de ensino e também é o pontapé inicial para as políticas que surgem posteriormente salientando a inclusão desta população na escola regular. Deste modo, o período estabelecido para a pesquisa é de janeiro de 1997 à julho de 2010 (ano que se iniciou a pesquisa).

Determinado o período a ser trabalhado, o próximo passo foi a decisão sobre como fazer a busca. Pensando em como o leitor escolhe a revista que comprará ou a reportagem que lerá, chegamos a conclusão que o tema da reportagem apresentado na capa e no índice da revista é o local desta seleção. Assim, a leitura dos índices de todas as revistas foi a forma estabelecida para iniciar a busca dos artigos. A literatura especializada foi base para a decisão dos descritores da pesquisa sendo estes, “inclusão”, “escola inclusiva”, “necessidades educacionais especiais”, “deficiências”, “educação especial” e outras temáticas que tivessem vinculação à temática de inclusão. Diante da dificuldade para conseguir os números de forma online, recorri à Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina, e à Biblioteca Central Municipal de Londrina, em que pude encontrar um acervo completo.

Após a leitura dos índices foram selecionados 20 artigos para leitura e uma análise mais aprofundada que teceremos a seguir.

## **Discussão e resultados**

Considero relevante iniciar as considerações, com a discussão realizada por Martins (2002) a respeito do que é considerado inclusão em nossa sociedade. O autor aborda que não é possível desvincular o sistema econômico vigente, o capitalismo, quando tentamos entender como se dá a inclusão. Tendo em vista um sistema que do modo como está posto acaba disseminando exclusões sociais, falar de inclusão neste sistema é extremamente complicado, já que a sociedade tende mais para a exclusão do que para a inclusão. Ou melhor, para constituir-se o sistema depende da exclusão que perpetua.

Martins (2002) em seus estudos nos mostra que todos os problemas da sociedade contemporânea são definidos como exclusão social, e a solução que são encontradas para estes problemas, é inclusão.

Com base neste referencial compreende-se que a inclusão não rompe com uma condição de exclusão “visto que todos estamos incluídos nas relações sociais que reiteram a ordem social vigente (MELETTI, 2010, p.9)”. A literatura especializada dentro desta perspectiva (MELETTI, 2011; AMARAL, 1995; BUENO, 2008; GARCIA, 2006), será a base de toda a discussão.

O nosso olhar para analisar as reportagens centrou-se em como a revista Nova Escola concebe o conceito de inclusão, de deficiência e do trabalho pedagógico realizado com estes alunos. Para isto, os resultados encontrados em nossa pesquisa serão apresentados em dois focos: texto dos artigos e imagens com suas legendas. Estes não serão divididos por tópicos, pois consideramos que as imagens e os textos não estão desvinculados, mas completam-se de forma interdependente para a transmissão de seus princípios.

Dentro do período estipulado para a pesquisa, de janeiro de 1997 à junho de 2010, encontramos um total de 20 artigos condizentes com os critérios de busca. No período de 1997 à 2005, temos um número reduzido de reportagens, sendo que em 1997 e 1998, não há nenhuma publicação a respeito. Enquanto que de 1999 à 2004, temos uma reportagem em cada ano e em 2005 duas reportagens. A partir de 2006, aumenta-se significativamente o número de artigos, em que 2006 há três reportagens, e em 2007 e 2009 uma constante de quatro artigos em cada ano, sendo que nos anos de 2006 e 2009 a editora lançou duas edições

especiais sobre inclusão<sup>1</sup>. No ano de 2008 não temos nenhum artigo e em 2010 até o mês de junho apenas 1.

Levando em consideração as pesquisas realizadas por Bueno e Meletti (2011) a respeito dos indicadores educacionais e tendo por ponto de vista que as reportagens são escritas de acordo com o que a realidade educacional sugere, causa estranhamento, o reduzido número de publicações até o ano de 2005, pois de acordo com a pesquisa

No período entre 2000 e 2006, verifica-se uma tendência crescente do total de matrículas na educação especial, com decréscimos nos anos subsequentes: nesse primeiro subperíodo, com exceção de 2001, o crescimento anual sempre superior a 15% [...] na educação especial passamos de 382,2 mil para 700,6, ou seja, aumento de 83,3% (BUENO e MELETTI, 2011, p.169)

Tendo em vista que no ano de 2008 tivemos

[...] novas políticas federais estabelecidas pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, MEC, SEESP, 2008), que priorizou as políticas de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular (BUENO e MELETTI; 2011, p.171).

E que neste ano e no ano de 2009, houve um aumento no número de matrículas na educação especial, surpreende-se que no ano de 2008 não temos nenhum artigo.

Considerando-se que a revista tem como objetivo *“contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica, produzindo publicações, sites, material pedagógico, pesquisas e projetos que auxiliem na capacitação dos professores, gestores e demais responsáveis pelo processo educacional”*<sup>2</sup> e por ser uma publicação de fácil acesso é discrepante que em meio a grandes mudanças no âmbito educacional, como a inclusão de alunos com necessidades especiais, que tendem a causar grandes rupturas e discussões nas práticas pedagógicas, esperávamos encontrar um maior número de artigos sobre o assunto. Todavia, a partir destes artigos encontrados podemos ver como a revista trata do referido assunto.

A revista Nova Escola tem como uma de suas características a utilização de muitas imagens. Estas imagens são empregadas como um meio de reforçar o assunto tratado na reportagem e também como um chamariz, de modo a atrair o leitor e incitá-lo a ler o artigo. Sendo assim, a análise das imagens fez-se pertinente, pois colaborou na compreensão da perspectiva de inclusão que a revista sugere.

<sup>1</sup> Estas edições especiais não estão incluídas na pesquisa.

<sup>2</sup> As citações em itálico referem-se a trechos literais da revista.

Realizamos uma contagem e caracterização das imagens dos 20 artigos selecionados buscando compreender como e em que contexto alunos com deficiência eram retratados. O número total de imagens foi 135 em todos os artigos. Não é possível fazer uma média de imagens/artigo, dada a diversidade das reportagens no que se refere à extensão do texto e à característica do artigo (entrevista, reportagem de capa etc.).

Destas 135 imagens, 106 são de deficientes sendo: 18 com deficiência visual; 8 com deficiência física; 8 com hidrocefalia; 17 com paralisia cerebral; 8 com deficiência auditiva; 10 com altas habilidades/superdotação; 4 com surdo-cegueira; 6 com deficiência múltipla e; 26 com deficiência intelectual, em que 14 são com Síndrome de Down. O que chama atenção é o número elevado de alunos com deficiência intelectual, pois apenas dois artigos abordam especificamente a deficiência intelectual e nestes dois, temos apenas sete imagens da deficiência, logo as outras 17 estão espalhadas em reportagens gerais de inclusão, que não falam especificamente da deficiência intelectual.

Este alto número de imagens de deficiência intelectual coincide com os dados da pesquisa de Bueno e Meletti (2011, p.174), na qual afirmam que “as matrículas de alunos com deficiência intelectual compõem a imensa maioria”.

Desta feita, a deficiência intelectual é a que temos em maior número de incluídos no ensino regular, é a que a revista mais expõe em imagens e menos trata como tema central da reportagem. Não podemos desconsiderar que uma das características marcante desta condição é a dificuldade acentuada para o aprendizado formal e, por isso, supõe-se que o professor precisa de mais informação, mais especificamente, quanto aos procedimentos pedagógicos que favoreceriam a apreensão dos conteúdos por parte deste aluno. Nas duas reportagens que abordam a deficiência intelectual, apenas uma cita algum procedimento pedagógico. Como exemplo:

[...] é ideal que as aulas tenham um início prático e instrumentalizado, [...]o ponto de partida deve ser algo que mantenha o aluno atento, como jogos de tabuleiro, quebra- cabeças, jogo da memória e imitações de sons ou movimentos do professor ou dos colegas (RODRIGUES, 2009, p.93).

Outro ponto que merece destaque nesta reportagem é uma imagem específica, em que um menino com deficiência intelectual está desenhando e o enunciado da imagem é o seguinte: “Concentração: enquanto a turma lê fabulas, Moisés faz desenhos sobre o tema para exercitar o foco (RODRIGUES, 2009, p.92)”.

No decorrer do texto quando apresentam o caso deste aluno da imagem, informam que ele possui Síndrome de Down e tem dificuldades de concentração, durante um projeto que os alunos escreviam fábulas, ele desenhava e depois com o auxílio da professora escrevia palavras chaves e o nome dos personagens. Garcia (2006), nos alerta para o fato de que existe uma hierarquia entre os diferentes atendimentos que são ofertados, para a classe comum conteúdos básicos, classe comum com necessidades educacionais especiais, conteúdos básico, mas num sentido mais prático e para os de classes e escolas especiais, conteúdos básicos restritos ao auto cuidado.

Esta hierarquização que Garcia (2006) aborda, mostra que alunos com necessidades educacionais especiais muitas vezes tem “um acesso de caráter restrito aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade (p.306)”. Observando a imagem e sua descrição remete-me às políticas educacionais de educação especial que trazem a noção de “flexibilidade curricular” e “eliminação de conteúdos básicos do currículo” (BRASIL,1998, p.38) e “eliminação de objetivos básicos – quando extrapolam as condições do aluno para atingí-lo, temporária ou permanentemente” (BRASIL,1998, p.39).

Por outro lado, considerando que a função da escola, conforme Saviane (2008),é a transmissão sistemática dos saberes acumulados pela humanidade, quando vemos estas condições de escolarização para os alunos com necessidades especiais educacionais, questionamos se a escola tem deixado de cumprir sua função em nome do comprometimento do aluno.

Retomando as características das imagens, outra constante é a quantidade de imagens que expressam a socialização com outros alunos. Seja em atividades de sala de aula, ou em brincadeiras no pátio. Encontramos 48 imagens que se referem à convivência, estas sempre mostram as crianças felizes e sorridentes.

As legendas utilizadas nas imagens também servem para cristalizar este conceito, de socialização como exemplo:

Aline e Amanda, as amiguinhas do peito, ajudam Bruna a caminhar, estudam na mesma classe, batem papo, fazem fofoca e aprontam as maiores brincadeiras. Por sorte, Bruna pode falar à vontade((JOVER, 1999, p.11) [...]; Está sendo alfabetizado, mas ainda assim cursa a 7ª série. [...]não consegue interpretar ou escrever um texto, mas fica lá com todo mundo. Sempre peço opinião dele e estímulo sua participação, mesmo que seja apenas social. [...] seu problema é o conteúdo das matérias: o Rui não vai além do que já conseguiu na 1ª série (JOVER, 1999, p.13)

Esta última colocação nos mostra que o objetivo deste aluno na sala não vai além da socialização, mostrando como o ensino acaba sendo prejudicado.

Sabe-se que a socialização destas crianças, que antes permaneciam em ambientes segregados, é de extrema importância e que ocorrerá na escola, mas exaltar a socialização como o principal objetivo da escolarização de alunos com deficiência não se justifica. Garcia (2004) mostra que os grupos de estudiosos sobre inclusão escolar dividem-se em duas correntes, os “inclusionistas” e os “inclusionistas totais”, em que

O grupo chamado de “inclusionistas” defende que o objetivo da escola está relacionado ao domínio de habilidades e conhecimentos por parte do aluno; considera que é preciso manter o “*continuum* de serviços”; e não acredita que a classe comum possa sofrer tantas modificações quanto aquelas que seriam necessárias para atender todos os alunos (MENDES, 2002, p. 65). Por outro lado, os “inclusionistas totais” consideram que o objetivo de ir crianças e jovens com deficiências à escola regular está nas oportunidades que esta oferece, tais como fazer amigos e socializar-se, além de promover mudanças no pensamento sobre as incapacidades; são contra o “*continuum* de serviços”, defendendo que todos devem ir à classe regular; vislumbram que a escola pode ser modificada a ponto de “acomodar todas as dimensões da diversidade da espécie humana” (MENDES, 2002, p. 65 apud GARCIA, 2004, p.45).

Desta feita, entende-se que o conceito de inclusão transmitido pela revista encaixa-se no perfil dos “inclusionistas totais”, pois o que mais temos exposto em suas imagens e no decorrer dos artigos é a questão da importância da socialização para estes indivíduos.

Outra característica dos artigos da revista é deixar claro que a inclusão transforma a vida destes sujeitos, e mostra isto a partir de um tom de heroísmo, de vitória, como nas frases a seguir:

De menino rebelde e agressivo numa instituição para deficientes visuais a aluno aplicado, caprichoso e de bem com a vida... agora numa escola regular.[...] Tiago já foi um garoto revoltadíssimo, chutando as coisas, rasgando papéis. Não acreditava de jeito nenhum que um dia poderia frequentar uma escola regular. Hoje é um menino risonho, meigo e muito interessado em aprender (JOVER, 1999, p. 8).

Amaral (1998), conceitua este posicionamento frente à deficiência como um dos estereótipos generalistas os quais, “são empregados por muitos de nós na vida cotidiana, pelos meios de comunicação de massa, pela literatura, pelo teatro...Refiro-me a um deplorável trio, composto pelos estereótipos de herói, vítima e vilão (p.18)”. Encontramos nos artigos

com grande frequência o estereótipo do deficiente como herói, aquele sujeito que com sua coragem superou todas as barreiras, vencendo os obstáculos. Exemplificando:

Comunicação: Vinicius **superou** o isolamento e melhorou a interação em atividades com imagens e sons (RODRIGUES, 2009,p.94) **Transformação radical**: João, não sabia conviver com outras crianças e hoje curte rap com seu melhor amigo Renato (CAVALCANTE, 2005, p. 45).

Diante destes trechos da revista a crítica que tecemos é a forma como a revista enfatiza a superação destes sujeitos mostrando-os como vencedores. Não que não haja superação ou transformação com a inclusão destes alunos, mas relacioná-la apenas à força de vontade do aluno desresponsabiliza a escola neste processo. Além disso, não podemos desconsiderar que o sentido inverso está presente no discurso: caso não dê certo é porque o aluno com deficiência não lutou o suficiente para superar o isolamento no sentido de transformar radicalmente sua condição.

Em outros momentos o deficiente passa de herói a coitado, impotente. Segundo Amaral,

[...] há uma forte tendência em se perceber o significativamente diferente ou como herói, ou como vilão, ou como vítima, ou ainda passando de um estereótipo para outro no decorrer de uma determinada sequência de tempo e de acontecimentos (AMARAL, 1998, p.18).

A mesma autora salienta que existem alguns estereótipos que são mais específicos de acordo com a deficiência

[...] encontramos também estereótipos particularizados em relação aos tipos de deficiência, como o deficiente físico ser “o revoltado” ou “o gênio intelectual”; o cego ser “o isolado” ou “o impaciente”; a pessoa com Síndrome de Down ser “a meiguice personificada” (1998, p.18).

Encontramos na revista a perpetuação destes estereótipos. Numa reportagem que aborda a evolução da educação inclusiva (BENCINI, 2001), temos em destaque a história de dois irmãos cegos que apresentam várias habilidades musicais, “[...] a sensibilidade musical dos irmãos era evidente e o bom humor, sua marca registrada; [...] a música ainda faz parte da vida dos dois que tocam piano, violão e pandeiro (p.38)”. A perpetuação do estereótipo não está ligada ao fato da revista registrar que são músicos, mas no tom que a reportagem traz exaltando a vocação musical como um meio de minimizar a sua condição de deficiente.

Outro conceito tratado por Amaral (1995) são os mecanismos de defesa, termo oriundo da psicanálise, que tem como função manter o “equilíbrio intrapsíquico, através da eliminação de uma fonte de insegurança, perigo, tensão ou ansiedade (p.114)”. Estes mecanismos de defesa são representados de várias formas como, ataque fuga da questão e negação. A negação concretiza-se de três formas: atenuação, compensação e a simulação.

À medida que detalhamos os artigos foi possível encontrar a negação como mecanismo de defesa na forma de compensação

A compensação, que poderia ser uma ferramenta preciosa, se usada per si e não para instrumentalizar a negação é a segunda forma. Possui também sua concretização verbal e “mas” é a palavra chave: “Deficiente físico **mas** tão inteligente”. Inteligente sim, se for o caso, e deficiente também. Em vez de um mas, simplesmente e – a conjunção aditiva é mais valiosa que a adversativa (AMARAL,1995,p.116)

O seguinte trecho expressa compensação: “Inclusão sem limites: Nayara tem um comprometimento mental severo, mas participa de todas as atividades (CAVALCANTE, 2005, p.44) ”. A conjunção adversativa *mas* é usada como uma forma de reparar, ou equilibrar algo considerado ruim (a deficiência) e algo bom (realizar todas as atividades). No decorrer do texto percebemos a atenuação desta aluna como a heroína, pois mesmo com um comprometimento mental grave e com comportamentos agressivos, agora tem um carinho impressionante pelos seus educadores e colegas e por meio do abraço expressa isto. Na reportagem também acrescentam que a aluna fala pouco, mas o que ela mais gosta é de cantar. Este trecho também expressa a ênfase na socialização, pois destacam como é o relacionamento da aluna com seus pares e que gosta de cantar, mas em momento algum aborda a questão do ensino e de seu aprendizado.

Em se tratando do trabalho pedagógico, temos explícito tanto no conteúdo textual, quanto no conteúdo imagético a ênfase no instrumento e na técnica. As estratégias pedagógicas descritas, restringem-se à utilização de recursos que atendam à referida necessidade educacional especial. Os recursos que a revista mais apresenta se referem à utilização de LIBRAS e Braille. Percebe-se que quanto maior o comprometimento da condição da deficiência, mais superficial são os procedimentos descritos. A utilização de recursos é essencial para uma melhor apreensão e compreensão do conteúdo ensinado, contudo o recurso por si só não abarca a totalidade do trabalho pedagógico. Estratégias de ensino específicas de acordo com o alunado, processos diferenciados de avaliação conforme a necessidade específica não foram encontrados.

Quando analisadas as dificuldades que a inclusão gera ou pode gerar, o que encontramos em maior número é quanto à reação dos professores e dos alunos frente à diferença significativa devido a falta de informação. Demonstradas em forma de pânico, receio, repulsa por não saber como lidar com o diferente. Como exemplo:

No início fiquei com receio, porque nunca havia tido experiência semelhante em 21 anos de magistério (BENCINI, 2001, p.39);

Quando não há informação, se torna angustiante para o professor receber este aluno e lidar com ele (CAVALCANTE, 2006, p.36);

[...] a principal dificuldade para trabalhar corretamente as diferenças, sejam físicas, culturais ou de aprendizagem, ainda é a falta de informação do professor (ANDRADE, 2000, p.40).

Em apenas três artigos surgiu alguma dificuldade referente ao processo de escolarização deste aluno, que se referem a dificuldades para o ensino de português, matemática e a alfabetização em si. Constatamos que com exceção destes três artigos, a revista apresenta a inclusão como um processo tranquilo.

É perceptível nos artigos a frequente associação do deficiente à infelicidade, quando em ambientes segregados, mas que após a sua inclusão no ensino regular sua condição de infeliz passa a ser a de animado, de bem com a vida, vitorioso e cercado de amigos, “e a cristalizada hegemonia da concepção de pessoa com deficiência ligada a desvalorização e estigma, desde a remota história da (des)humanidade, parece resistir ao tempo (D’ANTINO,1998 apud D’ANTINO,2001, p.3)” . O tom utilizado pela revista é de que a inclusão é a única coisa que faltava para mudar a condição de vida e o modo como estes sujeitos até então foram tratados. É como se a ação de incluir no sistema regular de ensino resolvesse o problema no geral.

## **Conclusões**

O presente trabalho teve como objetivo analisar como a Revista Nova Escola tem demonstrado o impacto das políticas que inserem mudanças educacionais na escolarização da pessoa com deficiência em suas reportagens. Para isso analisamos as suas publicações num período pré-determinado e chegamos a algumas considerações.

O nosso olhar durante a análise focou-se em como a revista trata a inclusão, a deficiência e os procedimentos pedagógicos. Desta feita, percebemos que a inclusão é tratada por este veículo de informação, como um processo tranquilo que quando cada um

realiza o máximo possível com total força de vontade, tudo dará certo. Constatamos também a inexistência de artigos que apresentem as lacunas existentes na política de inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino, mais uma vez demonstrando que “tudo está perfeito”, bastando para isso determinação não só do deficiente, como também por parte da escola e de seus professores. Estas constatações remetem-me ao que Bueno (2007) afirmou em sua pesquisa, que para a Revista Nova Escola tudo pode ser resolvido se cada um fizer a sua parte. A imagem que se passa é a de uma escola perfeita que a única coisa que faltava era a inclusão do aluno com deficiência.

Quanto aos procedimentos pedagógicos, há um foco na utilização de recursos pedagógicos como o braile, libras e placas de comunicação condizendo com o que Meletti e Bueno (2011) alegam sobre as políticas brasileiras, quando abordam sobre o atendimento educacional especializado em que, “reitera-se a visão clínica de que basta adquirir com proficiência o Braille ou a língua de sinais para que as dificuldades escolares desses alunos sejam atendidas”.

Tratando-se do conceito de deficiência, encontramos vários exemplos de que por meio do modo como apresenta suas imagens e das colocações no decorrer dos artigos, a deficiência é tratada de modo estereotipado. A cristalização de vários estereótipos utilizados no trato à deficiência é extremamente preocupante. Tendo em vista que a revista é dada como meio de comunicação não só informativo, mas também formativo, encontrar a cristalização de estereótipos de uma população historicamente segregada e discriminada, causa uma permanência de atitudes no modo como tratar a deficiência que pesquisadores da área lutam para romper. Estereótipos do deficiente como herói, infeliz, revoltado, determinado, dedicado, são usados com grande frequência, de modo a sensibilizar o leitor.

Outro detalhe é o modo como a Síndrome de Down aparece com grande frequência nos artigos, mesmo quando o assunto não é a deficiência em si. A Síndrome de Down é tratada como uma imagem emblemática da inclusão e a revista representa isto.

Outra característica é a ênfase na socialização, mostrada tanto no conteúdo textual quanto no imagético. Esta ênfase é percebida por meio de trechos do texto, das legendas das imagens e até das próprias imagens que muitas vezes foram tiradas de modo a mostrar um clima de extrema amizade dos alunos com deficiência junto a seus pares. Do modo como é enfatizada a socialização é tida como sendo o principal objetivo da escolarização destes alunos, deixando em segundo plano a escolarização propriamente dita.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules**. São Paulo: Robe Editorial, 1995. 205 p.

\_\_\_\_\_; **Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação**. In: Aquino, J. G. (org.) *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, p. 11-32, 1998.

ANDRADE, Cristiana. , É hora de aceitar e valorizar as diferenças. **Nova Escola**, São Paulo, n. 138, p. 38-43, dez 2000.

BENCINI, Roberta. Pessoas Especiais. **Nova Escola**, São Paulo, n. 139, p. 36-38, jan./fev. 2001.

BUENO, José Geraldo Silveira e MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Os indicadores educacionais como meio de avaliação das políticas de educação especial no Brasil – 2000/2009. In: BUENO, J. G. S. **Educação especial no Brasil: questões conceituais e de atualidade**. 2011, pp. 159-182.

BUENO, Sinésio Ferraz. **Semicultura e educação: uma análise crítica da revista Nova Escola**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, ago. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a10v1235.pdf> . Acesso em 06 jul. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001**, que estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 18 de ago de 2011.

\_\_\_\_\_; MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 10 de mar de 2011.

\_\_\_\_\_; MEC/SEF/SEESP. Parâmetros curriculares nacionais. Adaptações curriculares. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_; **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 9.394, de 20.12.1996. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm).

\_\_\_\_\_; **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 20 de ago de 2011.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 25 de jan de 2011.

CAVALCANTE, Meire . Uma sala confortável e inclusiva. **Nova Escola**, São Paulo, n. 188, p. 40-45, dez 2005.

CAVALCANTE, Meire . Inclusão: A sociedade em busca de mais tolerância. **Nova Escola**, São Paulo, n. 196, p. 34-36, out 2006.

D'ANTINO, M. E. F. **Deficiência e a mensagem reveladora da instituição especializada: dimensão imagética e textual.** Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Discursos políticos sobre inclusão: questões para as políticas públicas de educação especial no Brasil.** ANPED, GT: Educação Especial /n.15.2004.

\_\_\_\_\_; **Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico.** Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 12, n. 3, Dec. 2006 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382006000300002&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382006000300002&script=sci_abstract&lng=pt) . Acesso em 22 Mar. 2011.

\_\_\_\_\_; **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação brasileira.** Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

JOVER, Ana. Inclusão: qualidade para todos. **Nova Escola**, São Paulo, n. 123, p.8-17, jun./jul. 1999.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: Discurso e silêncio na história de sujeitos.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. **Educação escolar da pessoa com deficiência mental em instituições de educação especial: da política à instituição concreta.** 2006. 125p. Tese (Doutorado- Programa de Pós –Graduação em psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_; **Indisciplina com condição de desvio no cotidiano escolar**. In: Henning, L. M. P.; Abbud, M. L. M.. (Org.). *Indisciplina e Violência na escola*. Londrina: EDUEL, 2010, v. , p. 87-96.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira; BUENO, José Geraldo Silveira. **Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006)**. In: 33ª Reunião Anual da ANPED, 2010, Caxambú. *Educação no Brasil: o balanço de uma década*, 2010. p. 1-17.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. Ed. Autores associados, Campinas, SP, 2008.